

## ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS SOCIEDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (Susep)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O examinando receberá do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com os enunciados das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e das 2 (duas) questões dissertativas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

QUESTÕES OBJETIVAS		QUESTÕES DISSERTATIVAS	
Questões	Pontos por questão	Questões	Pontos por questão
1 a 25	2,0 cada	26 e 27	25,0 cada
Total: 50,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
TOTAL: 100,0 pontos			

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento das questões dissertativas, grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

**Obs.:** O material desenvolvido nas folhas de rascunhos não será levado em consideração para a correção das provas.

02 - O examinando deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o examinando deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O examinando deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao examinando, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o examinando deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas e as questões dissertativas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), só uma respondendo adequadamente ao quesito proposto. O examinando só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Exame de Qualificação Técnica o examinando que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro examinando;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas, durante a realização das mesmas, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

**Obs.:** Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de provas somente após **2 (duas) horas** do seu início, sendo também liberada a entrega do **CADERNO DE QUESTÕES** no momento de sua saída.

10 - O examinando deve reservar os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O examinando deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos das provas objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil seguinte ao da realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

**RASCUNHO**

## QUESTÕES OBJETIVAS

1

O Art. 6º da Circular Susep nº 648 de 12/11/2021, que, dentre outras providências, dispõe sobre provisões técnicas, preconiza que, para garantia de suas operações, as sociedades seguradoras e EAPCs deverão, observado o Anexo I, constituir, mensalmente, provisões técnicas, quando necessárias. Na tabela disponível no Anexo, estão listados os tipos de provisão, os regimes financeiros e os pagamentos ou rendas.

Nessa tabela é possível associar a

- (A) PVR - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar e o regime financeiro de Capitalização às Rendas por Invalidez e por Morte.
- (B) PPNG - Provisão de Prêmios Não Ganhos e o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura às Rendas por Invalidez e por Morte.
- (C) PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e o regime financeiro de Repartição Simples a Pagamentos Únicos.
- (D) PCC - Provisão Complementar de Cobertura e o regime financeiro de Repartição Simples a Pagamentos Únicos e Rendas.
- (E) PEF - Provisão de Excedentes Financeiros e o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura a Pagamentos Únicos e Rendas.

2

O texto da Resolução CFC nº 1.322/2011, que aprova o CTA 04, aponta que a Circular Susep nº 408/10 é omissa, de forma específica, quanto à

- (A) data de apresentação a ser considerada para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas na forma homologada pelo CPC.
- (B) forma de elaboração a ser considerada para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas na forma homologada pelo CPC.
- (C) aplicação de pronunciamentos do IASB a serem considerados para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas na forma homologada pelo CPC.
- (D) data de transição a ser considerada para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRSs.
- (E) data de transição a ser considerada para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas e, na falta deste critério, o referido CTA apresenta três alternativas.

3

A NBC PA 400 dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão. Na Seção 600, trata da prestação de serviços que não são de asseguração para cliente de auditoria. Nesta, detalha inúmeras possibilidades de prestação de serviços, associando-as a possíveis ameaças à independência dos trabalhos. Dentre outras ameaças, apontadas nas formas de prestação listadas, é possível compilar duas: a ameaça de autorrevisão e a de defesa de interesse do cliente.

No que se refere apenas a estas duas, as prestações de serviços

- (A) de elaboração de declarações de impostos; de recrutamento e de tecnologia da informação (TI) podem criar ameaça somente de autorrevisão.
- (B) administrativos; de avaliação e de tecnologia da informação (TI) podem criar ameaça somente de autorrevisão.
- (C) fiscais; legais e de certos serviços de suporte a litígios podem criar ameaça de autorrevisão ou de defesa de interesse do cliente.
- (D) financeiros corporativos; contábeis e de escrituração e de tecnologia da informação (TI) podem criar ameaça de autorrevisão ou de defesa de interesse do cliente.
- (E) administrativos; de avaliação e fiscais podem criar ameaça de autorrevisão ou de defesa de interesse do cliente.

4

O Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador da Susep e suas recentes atualizações, dentre outras providências, trata da escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização. O *caput* desse item estabelece que o parágrafo 3º do artigo 121 da Circular Susep 517/15 determina que a contabilização das receitas das operações de capitalização, cujo correspondente título seja contratado por meio de pagamento único, deverá ser efetuada por meio de uma de duas formas listadas.

Uma dessas formas é a seguinte:

- (A) integral no período compreendido entre o mês da sua emissão e o de término de vigência, quando a sociedade de capitalização apresentar estudo técnico comprovando a não relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos.
- (B) integral no mês de sua emissão, quando a sociedade de capitalização apresentar estudo técnico comprovando a não relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos.
- (C) diferida no mês de sua emissão, quando a sociedade de capitalização apresentar estudo técnico comprovando a relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos.
- (D) diferida no período compreendido entre o mês da sua emissão e o término do exercício contábil subsequente.
- (E) diferida ao longo do exercício contábil subsequente.

**5**

O texto da Circular Susep nº 601 de 13/04/2020, que dispõe sobre as condições para o registro das operações de seguro garantia em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep, trata, dentre outros aspectos, das datas (geralmente prazos) para registros das operações.

Segundo a circular, as

- (A) entidades supervisionadas devem efetuar os registros das operações de seguro garantia em sistemas de registro previamente homologados pela Susep em até 10 (dez) dias úteis do fato gerador do registro de aviso de sinistro.
- (B) operações relativas às apólices com fim de vigência anterior à data de entrada em vigor dessa circular deverão ser registradas em até 2 (dois) dias úteis da primeira movimentação de sinistro ocorrida após essa data.
- (C) operações relativas às apólices vigentes na data de entrada em vigor dessa circular deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis dessa data.
- (D) operações relativas às apólices de que trata o *caput*, com sinistros avisados e ainda não pagos ou prêmios não pagos na data de entrada em vigor dessa Circular, deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir de 1º de dezembro de 2021.
- (E) entidades supervisionadas devem efetuar os registros das operações de seguro garantia em sistemas de registro previamente homologados pela Susep em até 10 (dez) dias úteis do fato gerador conclusão da avaliação inicial, parcial ou final sobre um sinistro pela supervisionada.

**6**

O Art. 2º da Circular Susep 612, de 18/08/2020, qualifica as pessoas que se sujeitam às obrigações previstas nessa Circular: as sociedades seguradoras e de capitalização, os resseguradores locais e admitidos, as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades cooperativas autorizadas a funcionar pela Susep, as sociedades corretoras de resseguro, as sociedades corretoras e os corretores de seguros, de capitalização e de previdência complementar aberta.

Preconiza a Circular que essas pessoas devem

- (A) implementar procedimentos destinados a conhecer seus clientes e dispor de estrutura de governança.
- (B) promover a avaliação interna de risco que pode ser realizada de forma descentralizada e, obrigatoriamente, dispor de comitê de auditoria.
- (C) implementar procedimentos destinados a conhecer seus funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados e dispor de política de segurança da informação.
- (D) realizar avaliação interna de risco e dispor de estrutura de relação com investidores.
- (E) avaliar a eficiência da política, dos procedimentos e dos controles internos de que trata essa Circular e, obrigatoriamente, dispor de comitê de risco.

**7**

Conforme a resolução CNSP nº 414 de 30/06/2021, as avaliações dos bens imóveis que passarão a incorporar o patrimônio das sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar deverão ser realizadas por

- (A) três peritos devidamente inscritos nos órgãos de classe competentes, mediante laudo elaborado em conjunto.
- (B) por órgão ou instituição reguladora.
- (C) órgãos e entidades de avaliações e perícias da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (D) empresa especializada credenciada em instituição financeira ou órgão e entidade de avaliação da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (E) firma de auditoria especializada e credenciada, desde que assegurado o processo de revisão.

**8**

O texto do CTA 17, publicado no DOU de 31/07/2013, na seção que trata do entendimento e da orientação para os auditores, aponta que a realização do Teste de Adequação do Passivo é um requerimento introduzido pela NBC TG 11, que menciona que a seguradora deve avaliar se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando,

- (A) na abertura do exercício, projeções futuras das contas que tratam de seus contratos de seguros no balanço patrimonial.
- (B) na abertura do exercício, estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.
- (C) a cada data de balanço, estimativas correntes de fluxos de caixa descontados de seus contratos de seguro.
- (D) a cada data de balanço, estimativas futuras das contas que tratam dos ativos garantidores no balanço patrimonial.
- (E) a cada data de balanço, estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.

**9**

O Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador da Susep, e suas recentes atualizações, trata da legislação contábil aplicável ao mercado supervisionado pela Susep e, em seção específica, trata do elenco e da codificação das contas específicas para o registro das operações das supervisionadas. Como forma de padronização, a codificação específica para as rubricas estabelecidas deve atender a alguns requisitos, dentre eles: uma ordem hierárquica de algarismos e a classificação por níveis de contas.

No que se refere aos algarismos e aos níveis de conta, verifica-se no:

- (A) terceiro algarismo, o grupo.
- (B) quinto algarismo, o desdobramento da subconta.
- (C) terceiro algarismo, o subgrupo, quando necessário.
- (D) sexto algarismo, o desdobramento da subconta, quando necessário.
- (E) quarto algarismo, o desdobramento do subgrupo, quando necessário.

10

A forma estruturada de se evidenciarem as receitas auferidas e as despesas incorridas dentro de um período, de modo a se explicar como o resultado líquido foi gerado, corresponde a determinado item que deve compor a demonstração contábil de elaboração obrigatória pelas entidades supervisionadas pela Susep.

Esse elemento, que deverá estar presente na demonstração contábil mencionada, é o(a)

- (A) relatório de administração
- (B) balanço patrimonial
- (C) demonstração do resultado do exercício
- (D) demonstração do fluxo de caixa
- (E) demonstração da mutação do patrimônio líquido

11

De acordo com a Lei nº 7.492/1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, são consideradas instituições financeiras por equiparação as(os)

- (A) empresas corretoras
- (B) cooperativas de crédito
- (C) casas de câmbio
- (D) associações de poupança
- (E) fundos de investimento

12

Uma pessoa que, com regularidade e de forma intencional, mantém recursos não registrados oficialmente em paralelo à contabilidade de instituição financeira apresenta uma conduta típica da seguinte ação delituosa:

- (A) sonegação fiscal
- (B) falsidade ideológica
- (C) reclamação falsa de crédito
- (D) apropriação indébita
- (E) gestão temerária

13

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é o órgão responsável pela criação e fixação de normas, diretrizes e políticas para seguros privados no país.

É competência privativa do CNSP

- (A) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas seguradoras.
- (B) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas pelo mercado segurador nacional.
- (C) autorizar a movimentação e a liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado.
- (D) proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no país.
- (E) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis.

14

Uma seguradora atravessa grave crise de ordem financeira. Mesmo após alteração em sua gestão, redução de custos e sucessivas tentativas de negociação de dívidas, a situação da sociedade de capitalização é agravada.

Tendo em vista a relevância estratégica da atividade explorada pela entidade, é prerrogativa exclusiva da Superintendência de Seguros Privados determinar a(o)

- (A) bancarrota da empresa
- (B) recuperação judicial da empresa
- (C) recuperação extrajudicial da empresa
- (D) regime de administração especial temporário da empresa
- (E) arresto dos bens garantidores, integrantes das reservas técnicas da empresa

15

Na determinação da materialidade no planejamento e na execução da auditoria das demonstrações contábeis individuais de cada entidade auditada, supervisionada pela Susep, o auditor contábil independente deve considerar a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação à(o)

- (A) nota técnica atuarial
- (B) capital base
- (C) capital adicional
- (D) capital mínimo requerido
- (E) plano de recuperação de solvência

16

Um jovem conduzia veículo próprio e, ao se dar conta de que se aproximava de uma *blitz* da Operação Lei Seca, resolveu estacionar o automóvel em vaga pública e permanecer dentro do carro até esperar passar o efeito do álcool que havia ingerido. Mais tarde, ao sair do estacionamento, o veículo foi atingido por um carro desgovernado, em virtude da imprudência de seu condutor, resultando em danos materiais ao automóvel. Ao fazer o comunicado de sinistro à seguradora com a qual mantinha contrato de seguro veicular, o jovem recebeu resposta negativa à cobertura securitária, com base na justificativa de que ele, ao conduzir o veículo sob efeito de álcool, teria deliberadamente agravado o risco objeto do contrato.

Com relação à situação narrada, conclui-se que esse jovem

- (A) tem direito a ser indenizado, pois o contrato de seguro obriga a contratada a garantir o interesse do segurado.
- (B) tem direito a ser indenizado, pois o infortúnio ocorreria independentemente de ele ter consumido álcool.
- (C) não tem direito a ser indenizado, pois o estado de embriaguez foi causa determinante para a ocorrência do sinistro.
- (D) não tem direito a ser indenizado, por estar sob efeito de substância alcoólica quando sucedido o sinistro.
- (E) não tem direito à indenização, pois colaborou para que o sinistro ocorresse.

**17**

A pessoa jurídica sediada no exterior, com escritório de representação no país, regularmente cadastrada na Susep, atendendo a todos os preceitos legais para realizar operações de resseguro e retrocessão, é denominada

- (A) retrocessora admitida
- (B) retrocessora eventual
- (C) resseguradora eventual
- (D) resseguradora ordinária
- (E) resseguradora admitida

**18**

Para o sujeito tornar-se intermediário entre as sociedades de seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e estar legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguros, admitidos pela legislação vigente, é preciso

- (A) ser brasileiro nato.
- (B) apresentar currículo atualizado.
- (C) estar em dia com suas obrigações eleitorais.
- (D) não ser falido.
- (E) não haver sido condenado por crime de atentado contra a liberdade de associação.

**19**

De acordo com a NBC PA 11, de 2017, Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, uma situação em que o relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências é emitido acontece quando o revisor conclui que

- (A) há ausência de um ou de alguns quesitos nos manuais de qualidade da firma de auditoria que descrevam as políticas e procedimentos a serem adotados pelos membros da equipe de auditoria no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, conforme requerido pelas normas de auditoria.
- (B) há inadequação do sistema de controle de qualidade do revisado, que não é apropriadamente projetado para fornecer à empresa uma garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com os padrões profissionais, em todos os aspectos relevantes.
- (C) há o descumprimento pelo revisado do seu sistema de controle de qualidade, a ponto de comprometer a garantia razoável de desempenho e relatórios, de acordo com as normas profissionais aplicáveis, em todos os aspectos relevantes.
- (D) são inapropriadas as políticas e/ou os procedimentos de qualidade, que não estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo CFC, ou for identificado o descumprimento das referidas normas.
- (E) são impostas condições que limitam o trabalho, a ponto de não haver condições para concluir sobre a revisão e/ou sobre a capacidade de o revisado reportar de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais, em todos os aspectos relevantes.

**20**

De acordo com a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, no desempenho de suas funções, é vedado ao contador

- (A) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos e trabalhos realizados.
- (B) publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- (C) transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, independente da anuência do cliente.
- (D) transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional.
- (E) assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.

**21**

A Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, ou Revisão pelos Pares, é o processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.

De acordo com a NBC PA 11, de 2017, Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, para atuar como revisor, o auditor deve se assegurar de que possui, em relação à revisão a ser realizada,

- (A) reputação no mercado e conhecimento técnico
- (B) responsabilidade adequada e zelo profissional
- (C) experiência técnica e recursos humanos compatíveis
- (D) boa comunicação e respeito pelos pares
- (E) vínculo com outras empresas de auditoria e universidades

**22**

De acordo com a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais.

Na proposta, ele deve considerar o(a)

- (A) relacionamento do contratante com as instituições governamentais.
- (B) quão conhecido o contratante é pelo público em geral.
- (C) resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
- (D) seu vínculo com a alta direção do contratante.
- (E) publicidade positiva que poderá advir do serviço prestado.

RASCUNHO

**23**

De acordo com a NBC PA 400, de 2019, Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, a independência deve ser mantida durante o período de contratação e o período coberto pelas demonstrações contábeis.

O período de contratação começa quando

- (A) o relatório de auditoria é emitido.
- (B) o contrato relativo à prestação do serviço é assinado.
- (C) o montante devido pelo trabalho é pago.
- (D) a equipe de auditoria começa a realizar o seu trabalho de auditoria.
- (E) os diálogos para contratação da prestação do serviço têm início.

**24**

As sociedades por ações são regidas pelos dispositivos da legislação societária e pelo estatuto social da companhia. Este tratará, entre outros itens, do objetivo da companhia, do número de ações em que se divide o capital social e suas características, bem como dos direitos, deveres e limitações dos acionistas.

Um item relacionado aos direitos dos acionistas que, por não constituir um direito essencial, pode ser limitado no estatuto social se refere à (ao)

- (A) fiscalização da gestão dos negócios da companhia
- (B) opção de retirar-se da sociedade
- (C) participação nos lucros da sociedade
- (D) exercício de preferência para a subscrição de ações
- (E) número de votos a ser exercido por cada acionista

**25**

O Conselho de Administração da Zeus S.A., uma companhia de capital aberto, que atua no mercado brasileiro, na área de seguros, está avaliando a necessidade de proposição de aumento do capital social da companhia, tendo em vista os planos de expansão das operações no mercado nacional.

Para o aumento do capital em análise pela Zeus S.A., há incompatibilidade com a legislação societária se for autorizado por

- (A) aprovação do conselho fiscal, no caso de omissão do estatuto, quanto ao limite para aumento de capital.
- (B) conversão, em ações, de debêntures ou partes beneficiárias ou de opção de compra de ações.
- (C) deliberação da assembleia-geral ordinária, para correção da expressão monetária do seu valor.
- (D) deliberação da assembleia-geral, observadas as disposições do estatuto e o limite nele autorizado.
- (E) deliberação do conselho de administração, observado o que o estatuto dispuser a respeito e o limite autorizado pelo estatuto.

RASCUNHO

RASCUNHO



## QUESTÕES DISSERTATIVAS

### Questão nº 26

Considere o trecho abaixo.

Previdência privada responde pelo sustento de 3% dos aposentados

Pesquisa da Anbima entrevistou 5,8 mil pessoas em todo o país; os recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são a fonte de renda de 92% dos aposentados brasileiros.

A previdência privada ainda é pouco disseminada na população brasileira – apenas 3% dos aposentados têm a modalidade como parte do sustento. A conclusão está na pesquisa Raio X do Investidor Brasileiro, feita pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em parceria com o Datafolha.[...]

**Agência Brasil**, 14 maio 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/previdencia-privada-responde-pelo-sustento-de-3-dos-aposentados>. Acesso em: 05 jul. 2022.

A Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, dispõe sobre o regime de previdência complementar e afirma, no seu artigo 36, que

As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Nesse contexto, elabore um texto, de 15 a 30 linhas, sobre a competência dos órgãos regulador ou fiscalizador, em relação às entidades abertas de previdência complementar, fundamentado de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, especificando:

- O que compete ao órgão regulador estabelecer, apresentando duas competências;
- O que depende de prévia e expressa aprovação do órgão fiscalizador, apresentando dois exemplos;
- O que as entidades devem comunicar ao órgão fiscalizador, no prazo e na forma de comunicação estabelecidos nessa Lei, apresentando um exemplo.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)



(Continuação da questão nº 26)

RASCUNHO





(Continuação da questão 27)

RASCUNHO